



CÂMARA DOS DEPUTADOS

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 90, DE 2022 (Do Sr. André Figueiredo)

Susta as portarias MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, RFB nº 849, de 13 de maio de 2020, e RFB nº 167, de 14 de abril de 2022, que dispõem sobre o compartilhamento de dados da Receita Federal do Brasil com terceiros.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE AO PDC-960/2018.

**APRECIAÇÃO:**  
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**  
Art. 137, caput - RICD

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° , DE 2022 (Do Sr. André Figueiredo)

Susta as portarias MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, RFB nº 849, de 13 de maio de 2020, e RFB nº 167, de 14 de abril de 2022, que dispõem sobre o compartilhamento de dados da Receita Federal do Brasil com terceiros.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Ficam sustadas, nos termos do inciso V do artigo 49 da Constituição Federal, as portarias MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, e RFB nº 167, de 14 de abril de 2022, que dispõem sobre o compartilhamento de dados da Receita Federal do Brasil com órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dos demais Poderes da União e terceiros.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

As portarias em questão se propõem a terceirizar o tratamento de dados de pessoas físicas e jurídicas, bem como dados fiscais de propriedade da Receita Federal, hoje em poder do SERPRO, claramente exorbitando o poder regulamentar do Governo Federal, em dissonância com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional (CTN).

Os termos do compartilhamento das informações pessoais constante nos textos das Portarias carecem de transparência para o cidadão. Importa salientar que a Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, estabeleceu uma série de regramentos que órgãos governamentais, empresas e outras instituições atuantes no



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226683844700>



\* C D 2 2 6 6 8 3 8 4 4 7 0 \*

Brasil deverão seguir, para permitir que o cidadão tenha mais controle sobre o tratamento que é dado às suas informações pessoais.

O compartilhamento de dados tratados pela Receita Federal do Brasil com quaisquer outras entidades, inclusive órgãos do âmbito federal carrega uma grande incompatibilidade com os princípios norteadores das atividades de tratamento de dados estabelecidos pela LGPD, notadamente o **princípio da finalidade**, que preconiza que: "a realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades".

As normas também violam tanto o inciso X do artigo 5º da Constituição Federal, que tratou de proteger a privacidade do indivíduo, quanto a LGPD, ao retirar do cidadão o poder sobre suas próprias informações. Após o último ato, dados poderão ser repassados pelo SERPRO para empresas que ninguém sabe quais são, o que fazem com eles, sem nenhum consentimento dos titulares, inclusive sem nenhuma anuência prévia da RFB.

O conjunto de portarias, ao permitir a transferência, para terceiros, de dados de NF-e (Notas fiscais eletrônicas) e outros documentos de domínio fiscal relativos a empresas e consumidores, também violam claramente o Art. 198 do CTN, já que abrem informações que permitem identificar a situação econômica ou financeira e a natureza e o estado de seus negócios e atividades.

Destacamos, ainda, que o que o governo coloca em prática pode tornar tais dados bastante vulneráveis e provocar, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação de dados pessoais, ou até mesmo o acesso não autorizado.

Dante do exposto, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Plenário, em 00 de abril de 2022

**Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226683844700>



\* C D 2 2 6 6 8 3 8 4 4 7 0 \*

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
**Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG**  
**Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL**  
**Seção de Legislação Citada - SELEC**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

**PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

**TÍTULO II  
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO I  
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas,

assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei

brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou

associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á *habeas data*:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. ([Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. ([Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022](#))

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015](#))

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. ([Parágrafo único acrescido pela Emenda](#)

Constitucional nº 114, de 2021)

---



---

## **PORTARIA Nº 457, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016**

Dispõe sobre a disponibilização de acesso, para terceiros, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, a dados e informações que hospeda, para fins de complementação de políticas públicas.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica o Serviço Federal de Processamento de Dados Serpro, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, autorizado a disponibilizar para terceiros acesso a dados e informações que hospeda, nos termos desta Portaria.

§ 1º Os dados e informações de que trata o caput referem-se àqueles hospedados no Serpro, no âmbito de seus contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação junto a órgãos públicos e entidades integrantes da Administração Pública Indireta.

§ 2º A disponibilização de acesso a dados e informações destina-se à complementação de políticas públicas, voltadas ao fornecimento de informações à Sociedade, através de soluções tecnológicas complementares às oferecidas pelos órgãos públicos e entidades integrantes da Administração Pública Indireta.

Art. 2º São condições para a disponibilização do acesso aos dados e informações:

I - anuência do órgão ou entidade, atestando não identificar risco institucional e/ou risco ao sigilo individual da pessoa física ou jurídica a que se referem os dados e informações;

II - o acesso aos dados e informações de uma pessoa física ou jurídica só poderá ser disponibilizado para ela ou à sua ordem, ou a órgãos e entidades que legalmente possam acessá-los; e

III - a disponibilização de dados agregados deverá impedir a identificação da pessoa física ou jurídica a que se referem as informações.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, a pessoa física ou jurídica deverá identificar inequivocamente o destinatário autorizado a receber os dados e informações.

Art. 3º. O Serpro será remunerado diretamente pelos terceiros, usuários da solução de disponibilização de dados e/ou informações, de modo a resarcir os valores necessários à sustentabilidade dos sistemas informatizados envolvidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

## **PORTARIA Nº 2.189, DE 6 DE JUNHO DE 2017**

Autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados a disponibilizar acesso, para terceiros, a dados e informações que é específica.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, autorizada a disponibilizar para terceiros, nos termos da Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, acesso a dados e informações sob gestão da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) constantes do Anexo Único a essa Portaria.

§ 1º A disponibilização de acesso a dados e informações destina-se à complementação de políticas públicas, voltadas ao fornecimento de informações à Sociedade, através de soluções tecnológicas complementares às oferecidas pela RFB.

§ 2º Os dados e informações apenas serão disponibilizados mediante a apresentação do argumento de consulta estabelecido no Anexo Único, para cada conjunto de dados e informações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

#### **ANEXO ÚNICO**

1. Cadastro de Pessoas físicas - CPFa. Argumentos de consultai. Número do CPFa. Dados e informações de respostai. Número do CPFii. Nomeiii. Situação (código e descrição)2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Argumentos de Consultai. Número do CNPJb. Dados e informações de respostai. Número do CNPJii. Data de Abertura

iii. Nome Empresarialiv. Nome Fantasiav. CNAE Principal (código e descrição)vi. Natureza Jurídica (código e descrição)vii. Endereço (logradouro, número, complemento, CEP, bairro, município, UF)viii. Situação Especialix. Situação Cadastral (código, descrição, data, motivo)x. Tipo Estabelecimentoxi. Correio Eletrônicoxii. Capital Socialxiii. Portexiv. Telefones (DDD, Número)xv. Órgãoxvi. Nome Órgãoxvii. Ente Federativo3. Nota Fiscal Eletrônica - NF-ea. Argumentos de consultai. Chave da NF-eb. Dados e informações de respostaInformações da Nota Fiscal. /TNFe - Tipo Nota Fiscal Eletrônicaaii. /TNFe/infNFe - Informações da Nota Fiscal eletrônicaaiii. /TNFe/infNFe/ide - Identificação da NF-eiv. /TNFe/infNFe/emit - Identificação do emitentev. /TNFe/infNFe/avulsa - Emissão de avulsa informar os dados do Fisco emitentevi. /TNFe/infNFe/dest - Identificação do Destinatáriovii. /TNFe/infNFe/retirada - Identificação do Local de Retirada,viii. /TNFe/infNFe/entrega - Identificação do Local de Entregaix. /TNFe/infNFe/autXML - Pessoas autorizadas para o download do XML da NF-ex. /TNFe/infNFe/det - Dados dos detalhes da NF-exi. /TNFe/infNFe/total - Dados dos totais da NF-exii. /TNFe/infNFe/transp - Dados dos transportes da NF-exiii. /TNFe/infNFe/cobr - Dados da cobrança da NF-exiv. /TNFe/infNFe/pag - Dados de Pagamento.xv. /TNFe/infNFe/infAdic - Informações adicionais da NF-exvi. /TNFe/infNFe/exporta - Informações de exportaçãoxvii. /TNFe/infNFe/compra - Informações de comprasxviii. /TNFe/infNFe/cana - Informações de registro aquisições de canaEventos da Nota Fiscalxix. /envEvento - Schema XML de validação do lote de envio do Eventox. /envEvento/idLotexxi. /envEvento/eventoxxii. /envEvento/evento/infEvento/cOrgao - Código do órgão de recepção do Eventoxxiii.

/envEvento/evento/infEvento/tpAmb - Identificação do Ambiente<sup>xxiv</sup>. /envEvento/evento/infEvento/CNPJ - Número CNPJ<sup>xxv</sup>. /envEvento/evento/infEvento/CPF - Número CPF<sup>xxvi</sup>. /envEvento/evento/infEvento/chNFe - Chave de Acesso da NFe vinculada ao evento<sup>xxvii</sup>. /envEvento/evento/infEvento/dhEvento - Data e Hora do Evento<sup>xxviii</sup>. /envEvento/evento/infEvento/tpEvento - Tipo do Evento

<sup>xxix</sup>. /envEvento/evento/infEvento/nSeqEvento - Sequencial do evento para o mesmo tipo de evento<sup>xxx</sup>. /envEvento/evento/infEvento/verEvento - Versão do Tipo do Evento<sup>xxxi</sup>. /envEvento/evento/infEvento/detEvento - Detalhes do evento<sup>xxxii</sup>. Tipos de evento da nota fiscal<sup>xxxiii</sup>. Evento de Cancelamento<sup>xxxiii</sup>. Evento de Carta de Correção<sup>xxxiv</sup>. Eventos de Manifestação do Destinatário<sup>xxxv</sup>. Eventos da Suframa (Vistoria/Internalização)<sup>xxxvi</sup>. EPEC<sup>xxxvii</sup>. Eventos de Pedido de Prorrogação de Prazo<sup>xxxviii</sup>. Eventos do Fisco em Resposta ao Pedido de Prorrogação<sup>xxxix</sup>. Evento de Averbação

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

## **PORTRARIA RFB Nº 849, DE 13 DE MAIO DE 2020**

Altera a Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica.

(Vide Portaria RFB nº 167, de 14 de abril de 2022)  
 (Vide Portaria RFB nº 167, de 14 de abril de 2022)

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º O Anexo Único da Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, passa a vigorar com o texto do Anexo Único desta Portaria. swap\_horiz

Art. 2º A Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º [...]

§ 3º A autorização para disponibilização de acesso ao conjunto de dados e informações relativos à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) por terceiros fica revogada a partir do dia 1º de julho de 2020." (NR) swap\_horiz

Art. 3º Fica revogada a Portaria RFB nº 519, de 18 de março de 2020. swap\_horiz

Art. 4º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ BARROSO TOSTES NETO**

## ANEXO ÚNICO

1. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF
    - a. Argumentos de consulta
    - i. Número do CPF
    - b. Dados e informações de resposta
    - i. Número do CPF
    - ii. Nome
    - iii. Situação (código e descrição)
  2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ
    - a. Argumentos de consulta
    - i. Número do CNPJ
    - b. Dados e informações de resposta
    - CNPJ
      - i. Identificador matriz/filial
      - ii. Razão social/nome empresaria
- .....
- .....

### **PORTRARIA RFB Nº 167, DE 14 DE ABRIL DE 2022**

Autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela [Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020](#), e tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998](#), na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), no [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), e na [Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016](#), resolve:

Art. 1º Fica o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública vinculada ao Ministério da Economia, autorizado a disponibilizar para terceiros, nos termos da [Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016](#), acesso a dados e informações sob gestão da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) constantes do Anexo Único.

§ 1º A disponibilização de acesso a dados e informações a que se refere esta Portaria destina-se à complementação de políticas públicas voltadas ao fornecimento de informações à sociedade por meio de soluções tecnológicas complementares às oferecidas pela RFB.

§ 2º Os custos necessários à manutenção dos sistemas informatizados necessários à disponibilização do acesso a dados e informações serão resarcidos ao Serpro pelos terceiros a que se refere o caput.

Art. 2º Os dados e as informações serão disponibilizados apenas mediante a apresentação do argumento de consulta estabelecido para cada conjunto de dados e informações, nos termos do Anexo Único.

Parágrafo único. Poderá haver restrição de disponibilização de dados e informações em função:

- I - das permissões de acesso do terceiro; ou  
 II - da outorga de poderes constantes das procurações digitais a que se refere a [Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 24 de fevereiro de 2022.](#)

Art. 3º Fica assegurada a implementação de processo de identificação de risco institucional ou risco ao sigilo da pessoa física ou jurídica a que se referem os dados e informações, de forma a garantir o cumprimento do disposto no inciso I do caput do art. 2º da [Portaria MF nº 457, de 2016](#), mesmo na hipótese de que trata o § 2º do art. 11 da [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#).

Art. 4º O tratamento de dados pessoais constantes nas bases de dados e informações objeto desta Portaria ocorre para o fiel cumprimento de políticas públicas, em conformidade com inciso III do caput do art. 7º da [Lei nº 13.709, de 2018](#).

Art. 5º Fica autorizada a disponibilização de acesso ao conjunto de dados e informações relativo à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) a terceiros até que seja implantado o Ambiente Centralizado de Serviços das Administrações Tributárias Federal e Estaduais (ACS-AT) previsto no Acordo de Cooperação Técnica nº 04, de 9 de dezembro de 2021.

Art. 6º Ficam revogados os seguintes atos normativos:

- I - Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017;
- II - Portaria RFB nº 849, de 13 de maio de 2020;
- III - Portaria RFB nº 1.079, de 26 de junho de 2020;
- IV - Portaria RFB nº 4.255, de 27 de agosto de 2020;
- V - Portaria RFB nº 4.794, de 17 de novembro de 2020;
- VI - Portaria RFB nº 12, de 26 de fevereiro de 2021;
- VII - Portaria RFB nº 27, de 14 de abril de 2021;
- VIII - Portaria RFB nº 38, de 28 de maio de 2021;
- IX - Portaria RFB nº 62, de 30 de agosto de 2021;
- X - Portaria RFB nº 87, de 30 de novembro de 2021;
- XI - Portaria RFB nº 147, de 25 de fevereiro de 2022; e
- XII - Portaria RFB nº 153, de 11 de março de 2022.

Art. 7º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de maio de 2022.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

## **ANEXO ÚNICO**

1. Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) <ul style="list-style-type: none"> <li>1.a. Argumentos de consulta</li> <li>1.a.1. Número do CPF</li> <li>1.b. Dados e informações de resposta</li> <li>1.b.1. Número do CPF</li> <li>1.b.2. Nome</li> <li>1.b.3. Situação (código e descrição)</li> <li>1.b.4. Data de nascimento</li> <li>1.b.5. Ano de óbito</li> </ul>
2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) <ul style="list-style-type: none"> <li>2.a. Argumentos de consulta</li> <li>2.a.1. Número do CNPJ</li> </ul>

<p>2.b. Dados e informações de resposta</p> <p>2.b.1. CNPJ</p> <p>2.b.1.1. Identificador matriz/filial</p> <p>2.b.1.2. Razão social/nome empresarial</p> <p>2.b.1.3. Nome fantasia</p> <p>2.b.1.4. Situação cadastral</p> <p>2.b.1.5. Data situação cadastral</p> <p>2.b.1.6. Motivo situação cadastral</p> <p>2.b.1.7. Nome da cidade no exterior</p> <p>2.b.1.8. Código do país</p> <p>2.b.1.9. Nome do país</p> <p>2.b.1.10. Código natureza jurídica</p> <p>2.b.1.11. Data início atividade</p> <p>2.b.1.12. CNAE-fiscal (código da atividade econômica principal do estabelecimento)</p> <p>2.b.1.13. Dispensa de alvarás</p> <p>2.b.1.14. Descrição do tipo de logradouro onde se encontra o estabelecimento</p> <p>2.b.1.15. Nome do logradouro onde se encontra o estabelecimento</p> <p>2.b.1.16. Número de localização do estabelecimento</p> <p>2.b.1.17. Complemento para o endereço de localização do estabelecimento</p> <p>2.b.1.18. Bairro de localização do estabelecimento</p> <p>2.b.1.19. CEP do logradouro</p> <p>2.b.1.20. UF onde se encontra o estabelecimento</p> <p>2.b.1.21. Código do município de jurisdição onde se encontra o estabelecimento</p> <p>2.b.1.22. Município de jurisdição onde se encontra o estabelecimento</p> <p>2.b.1.23. DDD-1</p> <p>2.b.1.24. Telefone-1</p> <p>2.b.1.25. DDD-2</p> <p>2.b.1.26. Telefone-2</p> <p>2.b.1.27. DDD-fax</p> <p>2.b.1.28. DDD-fax</p> <p>2.b.1.29. Número-fax</p> <p>2.b.1.30. Correio eletrônico</p> <p>2.b.1.31. Qualificação do responsável</p> <p>2.b.1.32. Capital social da empresa</p> <p>2.b.1.33. Porte-empresa</p> <p>2.b.1.34. Opção pelo Simples Nacional</p> <p>2.b.1.35. Data de opção pelo Simples Nacional</p> <p>2.b.1.36. Data de exclusão do Simples Nacional</p> <p>2.b.1.37. Opção pelo MEI</p> <p>2.b.1.38. Situação especial</p> <p>2.b.1.39. Data da situação especial</p> <p>2.b.1.40. Ente Federativo Responsável</p> <p>2.b.2. Sócio</p> <p>2.b.2.1. Identificador de sócio</p> <p>2.b.2.2. Nome do sócio (no caso de PF) ou razão social (no caso de PJ)</p> <p>2.b.2.3. CNPJ/CPF do sócio</p> <p>2.b.2.4. Código de qualificação do sócio</p> <p>2.b.2.5. Data de entrada na sociedade</p> <p>2.b.2.6. Código do país do sócio estrangeiro</p> <p>2.b.2.7. Nome do país do sócio estrangeiro</p> <p>2.b.2.8. CPF do representante legal</p> <p>2.b.2.9. Nome do representante</p> <p>2.b.2.10. Código de qualificação do representante legal</p> <p>2.b.3. CNAES Secundárias</p> <p>2.b.3.1. CNAE-secundária</p> <p>2.b.3.2. Dispensa de alvarás</p> <p>3. Certidão Negativa de Débitos (CND)</p> <p>3.a. Argumentos de consulta</p> <p>3.a.1. Número do CPF, CNPJ ou ITR</p> <p>3.b. Dados e informações de resposta</p>
---

3.b.1. Certidão (negativa, positiva ou efeito de negativa, ou não é possível emitir)
3.b.2. Data de validade
3.b.3. Número de controle
4. Conhecimento de Embarque-Mercante - Consulta da Data da Última Atualização
4.a. Argumentos de consulta
4.a.1. Número do Conhecimento de Embarque-Mercante
4.b. Dados e informações de resposta
4.b.1. Número do Conhecimento de Embarque-Mercante
4.b.2. Data da última atualização no Conhecimento de Embarque-Mercante
5. Manifesto - Consulta da Data da Última Atualização
5.a. Argumentos de consulta
5.a.1. Número do manifesto
5.b. Dados e informações de resposta
5.b.1. Número do manifesto
5.b.2. Data da última atualização no manifesto
6. Escala - Consulta da Data da Última Atualização
6.a. Argumentos de consulta
6.a.1. Número da escala
6.b. Dados e informações de resposta
6.b.1. Número da escala
6.b.2. Data da última atualização na escala
7. Consulta a Dados - Conhecimento de Transporte Marítimo (CE-Mercante)
7.a. Argumentos de consulta
7.a.1. Número do Conhecimento de Embarque-Mercante
7.a.2. Número do CPF do usuário
7.b. Dados e informações de resposta (considerados os perfis de acesso do CPF do usuário)
7.b.1. Dados Gerais do Conhecimento
7.b.1.1. Número do Conhecimento de Transporte Marítimo (CE-Mercante)
7.b.1.2. Número do CE-Mercante Master
7.b.1.3. CNPJ da agência ou empresa de navegação
7.b.1.4. CNPJ da agência desconsolidadora
7.b.1.5. CNPJ da empresa desconsolidadora
7.b.1.6. Tipo de conhecimento
7.b.1.7. Categoria da carga
7.b.1.8. Data de emissão
7.b.1.9. Conhecimento de embarque
7.b.1.10. Cubagem (m³)
7.b.1.11. Peso bruto (Kg)
7.b.1.12. Porto de origem
7.b.1.13. Porto de destino
7.b.1.14. Porto da atracação atual
7.b.1.15. Recinto de armazenamento da carga
7.b.1.16. Unidade local do destino final
7.b.1.17. Recinto de armazenamento da carga final
7.b.1.18. Data de chegada no destino final
7.b.1.19. Identificação do embarcador (shipper/exporter)
7.b.1.20. Descrição da mercadoria
7.b.1.21. Observações
7.b.1.22. Situação da carga
7.b.1.23. Data da situação da carga
7.b.1.24. BL de serviço
7.b.1.25. Número do BL de serviço
7.b.1.26. País de procedência da carga
7.b.1.27. País de destino final da carga
7.b.1.28. UF de destino da carga
7.b.1.29. Valor da TUM devida
7.b.1.30. Valor da TUM pago
7.b.1.31. Tipo de consignatário
7.b.1.32. CPF/CNPJ

- 7.b.1.33. Passaporte do consignatário
- 7.b.1.34. Nome do consignatário estrangeiro
- 7.b.1.35. Dados complementares
- 7.b.1.36. Notify part CNPJ/CPF
- 7.b.1.37. Data de emissão do BL do 1º transporte
- 7.b.1.38. Conhecimento de embarque/BL do 1º transporte
- 7.b.1.39. Navio do 1º transporte
- 7.b.2. Indicadores do Conhecimento
  - 7.b.2.1. Pendência de AFRMM
  - 7.b.2.2. Revisão de AFRMM
  - 7.b.2.3. Bloqueio/desbloqueio situação
  - 7.b.2.4. Bloqueio impede vinculação despacho
  - 7.b.2.5. Bloqueio impede entrega da carga
  - 7.b.2.6. Retificação pendente de análise
  - 7.b.2.7. Situação da análise de retificação
  - 7.b.2.8. Pendência de trânsito marítimo
  - 7.b.2.9. Motivo da pendência de trânsito marítimo
  - 7.b.2.10. Endosso do conhecimento
  - 7.b.2.11. Motivo do endosso do conhecimento
  - 7.b.2.12. Situação da pendência do frete
  - 7.b.2.13. Inconsistência de peso master
  - 7.b.2.14. Inconsistência de frete master
  - 7.b.2.15. Inconsistência de cubagem master
  - 7.b.2.16. Indicador de ofício
- 7.b.3. Frete
  - 7.b.3.1. Valor do frete total
  - 7.b.3.2. Valor do frete básico
  - 7.b.3.3. Moeda
  - 7.b.3.4. Pagamento
  - 7.b.3.5. Modalidade
- 7.b.4. Componentes do Frete
  - 7.b.4.1. Tipo do componente
  - 7.b.4.2. Valor
  - 7.b.4.3. Moeda
  - 7.b.4.4. Recolhimento
- 7.b.5. Transbordo/Baldeação no Exterior
  - 7.b.5.1. Portos
  - 7.b.5.2. Navios
- 7.b.6. Dados do Item
  - 7.b.6.1. Dados do Item Contêiner
    - 7.b.6.1.1. Número do item
    - 7.b.6.1.2. Tipo do item contêiner
    - 7.b.6.1.3. Tipo contêiner
    - 7.b.6.1.4. Identificação
    - 7.b.6.1.5. Tara
    - 7.b.6.1.6. Peso bruto
    - 7.b.6.1.7. Cubagem
    - 7.b.6.1.8. Código da mercadoria perigosa
    - 7.b.6.1.9. Classe de mercadoria perigosa
    - 7.b.6.1.10. Uso parcial
    - 7.b.6.1.11. Lacres
    - 7.b.6.1.12. Situação do bloqueio/desbloqueio do item
    - 7.b.6.1.13. Indicador de utilização de embalagem de madeira
    - 7.b.6.1.14. Embalagens de madeira
    - 7.b.6.1.15. Código do tipo de embalagem de madeira
    - 7.b.6.1.16. Descrição do tipo de embalagem de madeira
    - 7.b.6.1.17. Código RA da operação
    - 7.b.6.1.18. Data da operação
    - 7.b.6.1.19. Descrição da operação
    - 7.b.6.1.20. NCM

- 7.b.6.1.20.1. Código
- 7.b.6.2. Dados do Item Carga Solta
- 7.b.6.2.1. Número do item
- 7.b.6.2.2. Tipo de embalagem
- 7.b.6.2.3. Quantidade
- 7.b.6.2.4. Cubagem
- 7.b.6.2.5. Peso bruto (Kg)
- 7.b.6.2.6. Marca
- 7.b.6.2.7. Contramarca
- 7.b.6.2.8. Código indicador de mercadoria perigosa
- 7.b.6.2.9. Classe de mercadoria perigosa
- 7.b.6.2.10. Situação do bloqueio/desbloqueio do item
- 7.b.6.2.11. Indicador de utilização de embalagem de madeira
- 7.b.6.2.12. Embalagens de madeira
- 7.b.6.2.13. Código do tipo de embalagem de madeira
- 7.b.6.2.14. Descrição do tipo de embalagem de madeira
- 7.b.6.2.15. Código RA da operação
- 7.b.6.2.16. Data da operação
- 7.b.6.2.17. Descrição da operação
- 7.b.6.2.18. NCM
- 7.b.6.2.18.1. Código
- 7.b.6.3. Dados do item granel
- 7.b.6.3.1. Número do item
- 7.b.6.3.2. Tipo de granel
- 7.b.6.3.3. Cubagem
- 7.b.6.3.4. Peso bruto (Kg)
- 7.b.6.3.5. Código indicador de mercadoria perigosa
- 7.b.6.3.6. Classe de mercadoria perigosa
- 7.b.6.3.7. Situação do bloqueio/desbloqueio do item
- 7.b.6.3.8. Indicador de utilização de embalagem de madeira
- 7.b.6.3.9. Embalagens de madeira
- 7.b.6.3.10. Código do tipo de embalagem de madeira
- 7.b.6.3.11. Descrição do tipo de embalagem de madeira
- 7.b.6.3.12. NCM
- 7.b.6.3.12.1. Código
- 7.b.6.4. Dados do Item Veículo
- 7.b.6.4.1. Número do item
- 7.b.6.4.2. Marca
- 7.b.6.4.3. Contramarca
- 7.b.6.4.4. Peso bruto (Kg)
- 7.b.6.4.5. Chassi
- 7.b.6.4.6. Situação do bloqueio/desbloqueio do item
- 7.b.6.4.7. Indicador de utilização de embalagem de madeira
- 7.b.6.4.8. Embalagens de madeira
- 7.b.6.4.9. Código do tipo de embalagem de madeira
- 7.b.6.4.10. Descrição do tipo de embalagem de madeira
- 7.b.6.4.11. Código RA da operação
- 7.b.6.4.12. Data da operação
- 7.b.6.4.13. Descrição da operação
- 7.b.6.4.14. NCM
- 7.b.6.4.14.1. Código
- 7.b.6.5. Histórico de Bloqueio/Desbloqueio do Item
- 7.b.6.5.1. Código do tipo
- 7.b.6.5.2. Data/hora
- 7.b.6.5.3. Descrição do tipo
- 7.b.6.5.4. Justificativa
- 7.b.6.5.5. Motivo
- 7.b.6.6. Eventos do Conhecimento
- 7.b.6.6.1. Modalidade
- 7.b.6.6.2. Motivo

7.b.6.6.3. Peso líquido
7.b.6.6.4. Valor do frete
7.b.6.6.5. Valor do AFRMM
7.b.6.6.6. Data do Evento
7.b.6.6.7. Valor da conta fundo
7.b.6.6.8. Valor vinculado
7.b.6.6.9. Valor da conta especial
7.b.6.7. AFRMM Devido
7.b.6.7.1. Valor do AFRMM
7.b.6.7.2. Total devido
7.b.6.7.3. Valor dos juros
7.b.6.7.4. Valor da multa
7.b.6.8. Manifesto Vinculado
7.b.6.8.1. Número do manifesto marítimo
7.b.6.8.2. Porto de carregamento
7.b.6.8.3. Terminal de carregamento
7.b.6.8.4. Porto de descarregamento
7.b.6.8.5. Terminal de descarregamento
7.b.6.9. Histórico de Bloqueio/Desbloqueio do CE
7.b.6.9.1. Código do tipo
7.b.6.9.2. Data/hora
7.b.6.9.3. Descrição do tipo
7.b.6.9.4. Justificativa
7.b.6.9.5. Motivo
7.b.6.10. Histórico de Registro de Pendência de Frete
7.b.6.10.1. Pendência de frete
7.b.6.10.2. Data
7.b.6.10.3. Responsável
7.b.6.11. Número/Tipo do Documento de Despacho
7.b.6.11.1. Número
7.b.6.11.2. Tipo
8. Consulta a Dados do Manifesto Marítimo
8.a. Argumentos de consulta
8.a.1. Número do manifesto
8.a.2. Número do CPF do usuário
8.b. Dados e informações de resposta (considerados os perfis de acesso do CPF do usuário)
8.b.1. Informações do Manifesto
8.b.1.1. Número do manifesto
8.b.1.2. Tipo de tráfego
8.b.1.3. Data de emissão
8.b.1.4. Empresa de navegação
8.b.1.5. CNPJ da agência de navegação
8.b.1.6. Data de encerramento do manifesto
8.b.1.7. Data de operação
8.b.1.8. Código da embarcação
8.b.1.9. Número da viagem
8.b.1.10. Porto de carregamento
8.b.1.11. Porto de descarregamento
8.b.1.12. Conhecimentos informados
8.b.1.13. Conhecimentos incluídos
8.b.1.14. Situação do bloqueio/desbloqueio
8.b.1.15. Terminal de carregamento
8.b.1.16. Terminal de descarregamento
8.b.1.17. Identificação do contêiner vazio
8.b.1.18. Embarcação do comboio
8.b.2. Informações da Escala
8.b.2.1. Número da escala
8.b.2.2. Data da vinculação
8.b.3. Conhecimento de Transporte Marítimo (CE-Mercante) Vinculado
8.b.3.1. Número do Conhecimento de Transporte Marítimo (CE-Mercante)

8.b.4. Histórico de Bloqueio/Desbloqueio
8.b.4.1. Código do tipo
8.b.4.2. Data/hora
8.b.4.3. Descrição do tipo
8.b.4.4. Justificativa
8.b.4.5. Motivo
9. Consulta a Dados do Manifesto Marítimo
9.a. Argumentos de consulta
9.a.1. Número da escala
9.a.2. Número do CPF do usuário
9.b. Dados e informações de resposta (considerados os perfis de acesso do CPF do usuário)
9.b.1. Informações da Escala
9.b.1.1. Número da escala
9.b.1.2. Inclusão da escala
9.b.1.3. Tipo de operação prevista
9.b.1.4. CNPJ da agência de navegação
9.b.1.5. Porto da escala
9.b.1.6. Embarcação
9.b.1.7. Número da viagem do armador
9.b.1.8. Bandeira da embarcação
9.b.1.9. Responsável pela embarcação
9.b.1.10. Empresa de navegação
9.b.1.11. Nacionalidade do transportador
9.b.1.12. Data prevista da atracação
9.b.1.13. Data da Atração
9.b.1.14. Responsável pela atracação
9.b.1.15. Termo de responsabilidade
9.b.1.16. Efetiva atracação/terminal de atracação
9.b.1.17. Local da atracação
9.b.1.18. Previsão de solicitação do passe de saída
9.b.1.19. Data do passe de saída
9.b.1.20. Situação da escala
9.b.1.21. Data da situação
9.b.1.22. Situação do bloqueio/desbloqueio
9.b.1.23. Indicador de escala encerrada
9.b.2. Empresas Parceiras
9.b.2.1. CNPJ
9.b.3. Portos de Procedência
9.b.3.1. Código do porto
9.b.3.2. Data de desatracação
9.b.4. Portos Subsequentes
9.b.4.1. Porto
9.b.4.2. Data da previsão de atracação
9.b.5. Lista de Operadores Portuários Indicados pela Agência/Empresa
9.b.5.1. CNPJ do operador portuário
9.b.6. Lista de Operações Registradas
9.b.6.1. CNPJ do operador portuário
9.b.6.2. Terminal
9.b.6.3. Situação da embarcação
9.b.6.4. Local
9.b.6.5. Responsável
9.b.6.6. Data/hora
9.b.6.7. Responsável final
9.b.6.8. Data/hora final
9.b.6.9. Concluída
9.b.7. Manifestos Vinculados à Escala
9.b.7.1. Número do manifesto marítimo
9.b.8. Histórico de Bloqueio/Desbloqueio
9.b.8.1. Código do tipo
9.b.8.2. Data/hora

9.b.8.3. Descrição do tipo
9.b.8.4. Justificativa
9.b.8.5. Motivo
10. Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)
10.a. Argumentos de consulta
10.a.1. Chave da NF-e
10.b. Dados e informações de resposta
10.b.1. Informações da NF-e
10.b.1.1. /TNFe - Tipo de NF-e
10.b.1.2. /TNFe/infNFe - informações da NF-e
10.b.1.3. /TNFe/infNFe/ide - identificação da NF-e
10.b.1.4. /TNFe/infNFe/emit - identificação do emitente
10.b.1.5. /TNFe/infNFe/avulsa - emissão de avulsa informar os dados do Fisco emitente
10.b.1.6. /TNFe/infNFe/dest - identificação do destinatário
10.b.1.7. /TNFe/infNFe/retirada - identificação do local de retirada,
10.b.1.8. /TNFe/infNFe/entrega - identificação do local de entrega
10.b.1.9. /TNFe/infNFe/autXML - pessoas autorizadas para o download do XML da NF-e
10.b.1.10. /TNFe/infNFe/det - dados dos detalhes da NF-e
10.b.1.11. /TNFe/infNFe/total - dados dos totais da NF-e
10.b.1.12. /TNFe/infNFe/transp - dados dos transportes da NF-e
10.b.1.13. /TNFe/infNFe/cobr - dados da cobrança da NF-e
10.b.1.14. /TNFe/infNFe/pag - dados de pagamento
10.b.1.15. /TNFe/infNFe/infAdic - informações adicionais da NF-e
10.b.1.16. /TNFe/infNFe/exporta - informações de exportação
10.b.1.17. /TNFe/infNFe/compra - informações de compras
10.b.1.18. /TNFe/infNFe/cana - informações de registro aquisições de cana
10.b.2. Eventos da NF-e
10.b.2.1. /envEvento - esquema XML de validação do lote de envio do evento
10.b.2.2. /envEvento/idLote
10.b.2.3. /envEvento/evento
10.b.2.4. /envEvento/evento/infEvento/cOrgao - código do órgão de recepção do evento
10.b.2.5. /envEvento/evento/infEvento/tpAmb - identificação do ambiente
10.b.2.6. /envEvento/evento/infEvento/CNPJ - número do CNPJ
10.b.2.7. /envEvento/evento/infEvento/CPF - número do CPF
10.b.2.8. /envEvento/evento/infEvento/chNFe - chave de acesso da NF-e vinculada ao evento
10.b.2.9. /envEvento/evento/infEvento/dhEvento - data e hora do evento
10.b.2.10. /envEvento/evento/infEvento/tpEvento - tipo do evento
10.b.2.11. /envEvento/evento/infEvento/nSeqEvento - sequencial do evento para o mesmo tipo de evento
10.b.2.12. /envEvento/evento/infEvento/verEvento - versão do tipo do evento
10.b.2.13. /envEvento/evento/infEvento/detEvento - detalhes do evento
10.b.3. Tipos de Evento da NF-e
10.b.3.1. Evento de cancelamento
10.b.3.2. Evento de carta de correção
10.b.3.3. Eventos de manifestação do destinatário
10.b.3.4. Eventos da Suframa (vistoria/internalização)
10.b.3.5. EPEC
10.b.3.6. Eventos de pedido de prorrogação de prazo
10.b.3.7. Eventos do Fisco em resposta ao pedido de prorrogação
10.b.3.8. Evento de averbação
11. Declaração de Importação - Consulta à Data da Última Atualização
11.a. Argumentos de consulta
11.a.1. Número da declaração de importação
11.b. Dados e informações de resposta
11.b.1. Número da declaração de importação
11.b.2. Data da última atualização na declaração de importação
12. Consulta à Declaração de Importação
12.a. Argumentos de consulta
12.a.1. Número da declaração de importação

- 12.a.2. Número do CPF do usuário  
 12.b. Dados e informações de resposta (considerados os perfis de acesso do CPF do usuário e Tipo 1 a 15, Tipo 16, 17, 18, 20 e 21 e Tipo 19)  
 12.b.1. Número da declaração de importação  
 12.b.2. Sequencial de retificação  
 12.b.3. Total de Adições  
 12.b.4. Situação do despacho  
 12.b.5. Data da situação do despacho  
 12.b.6. Hora da situação do despacho  
 12.b.7. Situação da entrega da carga  
 12.b.8. Unidade de despacho  
 12.b.9. Operação Fundap  
 12.b.10. Data do registro  
 12.b.11. Hora do registro  
 12.b.12. Data do desembaraço  
 12.b.13. Hora do desembaraço  
 12.b.14. Data da autorização de entrega  
 12.b.15. Hora da autorização de entrega  
 12.b.16. Tipo da autorização de entrega  
 12.b.17. Nome da modalidade  
 12.b.18. Tipo de declaração  
 12.b.19. Canal de parametrização  
 12.b.20. Tipo de importador  
 12.b.21. Número do importador  
 12.b.22. Nome do importador  
 12.b.23. Endereço do importador  
 12.b.24. Telefone do importador  
 12.b.25. Representante legal  
 12.b.26. Nome do representante legal  
 12.b.27. Descrição do tipo de caracterização da operação  
 12.b.28. Número do adquirente  
 12.b.29. Nome do adquirente  
 12.b.30. Número transportador porta a porta  
 12.b.31. Nome transportador porta a porta  
 12.b.32. Tipo de documento de instrução do despacho  
 12.b.33. Identificação do documento de instrução do despacho  
 12.b.34. Número do dossiê vinculado  
 12.b.35. Data da vinculação  
 12.b.36. Hora da vinculação  
 12.b.37. Tipo do processo vinculado  
 12.b.38. Identificação do processo vinculado  
 12.b.39. País de procedência  
 12.b.40. Data da chegada da carga  
 12.b.41. Unidade de entrada  
 12.b.42. Agente de transporte  
 12.b.43. Peso bruto  
 12.b.44. Peso líquido  
 12.b.45. Número do documento de carga  
 12.b.46. Recinto aduaneiro  
 12.b.47. Setor  
 12.b.48. Armazém  
 12.b.49. Quantidade de volumes  
 12.b.50. Tipo de embalagem  
 12.b.51. Moeda negociada do frete  
 12.b.52. Frete prepaid  
 12.b.53. Frete collect  
 12.b.54. Valor total do frete na moeda  
 12.b.55. Valor total do frete em dólar  
 12.b.56. Valor total do frete em real  
 12.b.57. Valor total do frete em território nacional

- 12.b.58. Moeda negociada do seguro
- 12.b.59. Valor total do seguro na moeda
- 12.b.60. Valor total do seguro em real
- 12.b.61. Valor total do seguro em dólar
- 12.b.62. Valor total em dólares no local de embarque
- 12.b.63. Valor total em reais no local de embarque
- 12.b.64. Valor total em dólares no local de desembarque
- 12.b.65. Valor total em reais no local de desembarque
- 12.b.66. Número da Declaração Estrangeira (DE)
- 12.b.67. Faixa de item inicial
- 12.b.68. Faixa de item final
- 12.b.69. Via de transporte
- 12.b.70. Indicador multimodal
- 12.b.71. Nome transportador
- 12.b.72. Código do país do transportador
- 12.b.73. Nome do veículo
- 12.b.74. Número do veículo (placa)
- 12.b.75. Tipo de documento de chegada da carga
- 12.b.76. Descrição do tipo de documento de chegada da carga
- 12.b.77. Local de embarque
- 12.b.78. Data do embarque
- 12.b.79. Tipo de conhecimento
- 12.b.80. Tipo de utilização do conhecimento
- 12.b.81. Id master do conhecimento
- 12.b.82. Id de conhecimento
- 12.b.83. Multa ao deferimento da Licença de Importação (LI)
- 12.b.84. Multa ao deferimento da LI com ajuste
- 12.b.85. Sequencial de retificação que ocorreu o pagamento
- 12.b.86. Código de receita do pagamento
- 12.b.87. Valor da receita
- 12.b.88. Valor dos juros/encargos
- 12.b.89. Valor da multa
- 12.b.90. Valor total do pagamento
- 12.b.91. Data do pagamento
- 12.b.92. Tipo do pagamento
- 12.b.93. Nome do tipo de pagamento
- 12.b.94. Banco
- 12.b.95. Agência
- 12.b.96. Conta
- 12.b.97. Situação do ICMS
- 12.b.98. CPF que declarou o ICMS
- 12.b.99. Data do registro do ICMS
- 12.b.100. Hora do registro do ICMS
- 12.b.101. Nº sequencial do ICMS
- 12.b.102. Tipo de recolhimento
- 12.b.103. UF do ICMS
- 12.b.104. Banco do ICMS
- 12.b.105. Agência do ICMS
- 12.b.106. Conta corrente do ICMS
- 12.b.107. Data do pagamento do ICMS
- 12.b.108. Valor do ICMS
- 12.b.109. Protocolo do débito em conta do ICMS
- 12.b.110. Mandado judicial do ICMS
- 12.b.111. Texto das informações complementares
- 12.b.112. Adição da Declaração de Importação
- 12.b.112.1. Número da declaração de importação
- 12.b.112.2. Número sequencial de retificação
- 12.b.112.3. Número da adição
- 12.b.112.4. Número da LI
- 12.b.113. Relação/Vínculo entre Comprador e Vendedor

- 12.b.113.1. Código e descrição da relação entre comprador e vendedor
- 12.b.113.2. Código e descrição do vínculo entre comprador e vendedor
- 12.b.114. Exportador
- 12.b.114.1. Código do país de aquisição da mercadoria
- 12.b.114.2. Nome ou razão social
- 12.b.114.3. Endereço
- 12.b.115. Fabricante ou Produtor
- 12.b.115.1. Código do país de origem da mercadoria
- 12.b.115.2. Nome ou razão social
- 12.b.115.3. Endereço
- 12.b.116. Mercadoria
- 12.b.116.1. Código da NCM
- 12.b.116.2. Código Naladi SH
- 12.b.116.3. Código Naladi NCCA
- 12.b.116.4. Peso líquido da adição
- 12.b.116.5. Aplicação da mercadoria
- 12.b.116.6. Indicativos da condição da mercadoria
- 12.b.116.7. Unidade de medida estatística
- 12.b.116.8. Quantidade na medida estatística
- 12.b.117. Detalhamento da Mercadoria - Relação de Itens da Adição
- 12.b.117.1. Código da abrangência da NCM (nível)
- 12.b.117.2. Código do atributo da NCM
- 12.b.117.3. Código da especificação da NCM
- 12.b.118. Destaque NCM
- 12.b.118.1. Número do destaque para anuência
- 12.b.119. Condição de Venda da Mercadoria
- 12.b.119.1. Incoterm
- 12.b.119.2. Método de valoração
- 12.b.119.3. Código da moeda negociada
- 12.b.119.4. Local da condição
- 12.b.119.5. Valor na moeda negociada
- 12.b.119.6. Valor em real
- 12.b.120. Documentos Vinculados
- 12.b.120.1. Tipo e descrição do documento vinculado
- 12.b.120.2. Número identificador do documento vinculado
- 12.b.121. Certificado Mercosul
- 12.b.121.1. Tipo de certificado
- 12.b.121.2. Número da DE
- 12.b.121.3. Faixa de itens (item inicial e final)
- 12.b.121.4. Código do país do certificado
- 12.b.121.5. Número do certificado
- 12.b.121.6. Item do certificado
- 12.b.121.7. Quantidade na unidade estatística do certificado
- 12.b.122. Dados da Carga
- 12.b.122.1. Código da via de transporte
- 12.b.122.2. Código do país de procedência da carga
- 12.b.122.3. Código da unidade aduaneira de entrada
- 12.b.123. Frete - Custo do Transporte Internacional
- 12.b.123.1. Código da moeda negociada
- 12.b.123.2. Valor na moeda negociada
- 12.b.123.3. Valor em real
- 12.b.123.4. Frete internacional - valor em real
- 12.b.124. Seguro
- 12.b.124.1. Código da moeda negociada
- 12.b.124.2. Valor na moeda negociada
- 12.b.124.3. Valor em real
- 12.b.124.4. Seguro internacional - valor em real
- 12.b.125. Acréscimos
- 12.b.125.1. Código do acréscimo
- 12.b.125.2. Código da moeda negociada

- 12.b.125.3. Valor na moeda negociada
- 12.b.125.4. Valor em real
- 12.b.126. Deduções
  - 12.b.126.1. Código da dedução
  - 12.b.126.2. Código da moeda negociada
  - 12.b.126.3. Valor na moeda negociada
  - 12.b.126.4. Valor em real
- 12.b.127. Informações Complementares do Valor Aduaneiro
  - 12.b.127.1. Texto complementar do valor aduaneiro
- 12.b.128. Imposto de Importação (II)
  - 12.b.128.1. Código e descrição do regime de tributação
  - 12.b.128.2. Código e denominação do fundamento legal
  - 12.b.128.3. Código e denominação motivo da admissão temporária
  - 12.b.128.4. Base de cálculo do II
  - 12.b.128.5. Código e descrição do EX tarifário do II
  - 12.b.128.6. EX Tarifário do II - ato legal
  - 12.b.128.7. EX Tarifário do II - órgão emissor do ato legal
  - 12.b.128.8. EX Tarifário do II - número do ato legal
  - 12.b.128.9. EX Tarifário do II - ano do ato legal
  - 12.b.128.10. Acordo tarifário - código e denominação do tipo do acordo
  - 12.b.128.11. Acordo tarifário Aladi - código e denominação
  - 12.b.128.12. Acordo tarifário - código e denominação do ato legal
  - 12.b.128.13. Acordo tarifário - órgão emissor do ato legal
  - 12.b.128.14. Acordo tarifário - número do ato legal
  - 12.b.128.15. Acordo tarifário - ano do ato legal
  - 12.b.128.16. Acordo tarifário - ato legal do EX tarifário
  - 12.b.128.17. Alíquota II - alíquota ad valorem
  - 12.b.128.18. Alíquota II - alíquota do acordo tarifário
  - 12.b.128.19. Alíquota II - alíquota reduzida
  - 12.b.128.20. Alíquota II - percentual de redução do imposto
  - 12.b.128.21. Alíquota II - valor calculado
  - 12.b.128.22. Alíquota II - valor devido
  - 12.b.128.23. Alíquota II - valor reduzido
  - 12.b.128.24. Alíquota II - valor a recolher
- 12.b.129. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
  - 12.b.129.1. Código e descrição do regime de tributação
  - 12.b.129.2. Código e descrição do EX tarifário do IPI
  - 12.b.129.3. EX tarifário do IPI - ato legal
  - 12.b.129.4. EX tarifário do IPI - órgão emissor do ato legal
  - 12.b.129.5. EX tarifário do IPI - número do ato legal
  - 12.b.129.6. EX tarifário do IPI - ano do ato legal
  - 12.b.129.7. Benefício fiscal do IPI - código e denominação do ato legal
  - 12.b.129.8. Benefício fiscal do IPI - órgão emissor do ato legal
  - 12.b.129.9. Benefício fiscal do IPI - número do ato legal
  - 12.b.129.10. Benefício fiscal do IPI - ano do ato legal
  - 12.b.129.11. Benefício fiscal do IPI - ato legal do EX tarifário
  - 12.b.129.12. Alíquota do IPI - nota complementar TIPI
  - 12.b.129.13. Alíquota do IPI - alíquota ad valorem
  - 12.b.129.14. Alíquota do IPI - alíquota reduzida
  - 12.b.129.15. Alíquota do IPI - valor devido
  - 12.b.129.16. Alíquota do IPI - valor a recolher
  - 12.b.129.17. Alíquota específica do IPI - valor na unidade de medida
  - 12.b.129.18. Alíquota específica do IPI - unidade de medida
  - 12.b.129.19. Alíquota específica do IPI - quantidade na unidade de medida
  - 12.b.129.20. Alíquota específica do IPI - tipo de recipiente
  - 12.b.129.21. Alíquota específica do IPI - capacidade do recipiente
- 12.b.130. PIS/Cofins - Dados Comuns
  - 12.b.130.1. Valor da base de cálculo
  - 12.b.130.2. Alíquota do ICMS
  - 12.b.130.3. Percentual de redução

12.b.130.4. Código e denominação do fundamento legal da redução
12.b.130.5. Código e descrição do regime de tributação
12.b.130.6. Código e denominação do fundamento legal da base de cálculo
12.b.131. Contribuição para o PIS/Pasep
12.b.131.1. Alíquota PIS/Pasep - alíquota ad valorem
12.b.131.2. Alíquota PIS/Pasep - alíquota reduzida
12.b.131.3. Alíquota PIS/Pasep - valor devido
12.b.131.4. Alíquota PIS/Pasep - valor a recolher
12.b.131.5. Alíquota específica PIS/Pasep - valor em real
12.b.131.6. Alíquota específica PIS/Pasep - unidade de medida
12.b.131.7. Alíquota específica PIS/Pasep - quantidade na unidade de medida
12.b.132. Cofins
12.b.132.1. Alíquota da Cofins - alíquota ad valorem
12.b.132.2. Alíquota da Cofins - alíquota reduzida
12.b.132.3. Alíquota da Cofins - valor devido
12.b.132.4. Alíquota da Cofins - valor a recolher
12.b.132.5. Alíquota específica da Cofins - valor em real
12.b.132.6. Alíquota específica da Cofins - unidade de medida
12.b.132.7. Alíquota específica da Cofins - quantidade na unidade de medida
12.b.133. Direitos Antidumping ou Compensatórios
12.b.133.1. Código e denominação do ato legal
12.b.133.2. Órgão emissor do ato legal
12.b.133.3. Número do ato legal
12.b.133.4. Ano do ato legal
12.b.133.5. Ato Legal do EX tarifário
12.b.133.6. Alíquota antidumping - alíquota ad valorem
12.b.133.7. Alíquota antidumping - alíquota da base de cálculo
12.b.133.8. Alíquota antidumping - valor devido
12.b.133.9. Alíquota antidumping - valor a recolher
12.b.133.10. Alíquota específica antidumping - valor em real
12.b.133.11. Alíquota específica antidumping - unidade de medida
12.b.133.12. Alíquota específica antidumping - quantidade na unidade de medida
12.b.134. Demonstrativo do Coeficiente de Redução
12.b.134.1. Identificação
12.b.134.2. Coeficiente de redução
12.b.134.3. Valor em dólar
12.b.134.4. Valor em real
12.b.134.5. Valor devido
12.b.134.6. Valor a recolher
12.b.135. CIDE
12.b.135.1. Valor na alíquota específica
12.b.135.2. Quantidade CIDE
12.b.135.3. Valor devido
12.b.135.4. Valor a recolher
12.b.136. Multa Administrativa por Embarque Anterior ao Deferimento da LI
12.b.136.1. Valor a recolher da multa
12.b.136.2. Valor a recolher da multa com ajuste
12.b.137. Dados Cambiais
12.b.137.1. Código e denominação da cobertura cambial
12.b.137.2. Motivo da importação sem cobertura cambial
12.b.137.3. Número do ROF/Bacen
12.b.137.4. Código da instituição financiadora
12.b.137.5. Valor vinculado em real
12.b.137.6. Protocolo de envio da declaração de importação
13. Declaração de Importação - Consulta Avulsa do Vicomex
13.a. Argumentos de consulta
13.a.1. CPF/CNPJ do importador
13.a.2. Número da declaração de importação
13.a.3. protocolo de envio da declaração de importação
13.b. Dados e informações de resposta:

- 13.b.1. Número da declaração de importação
- 13.b.2. Sequencial de retificação
- 13.b.3. Total de Adições
- 13.b.4. Situação do despacho
- 13.b.5. Data da situação do despacho
- 13.b.6. Hora da situação do despacho
- 13.b.7. Data do registro
- 13.b.8. Hora do registro
- 13.b.9. Data do desembarque
- 13.b.10. Hora do desembarque
- 13.b.11. Data da autorização de entrega
- 13.b.12. Hora da autorização de entrega
- 13.b.13. Tipo da autorização de entrega
- 13.b.14. Número do importador
- 13.b.15. Nome do importador
- 13.b.16. Descrição do tipo de caracterização da operação
- 13.b.17. Número do adquirente
- 13.b.18. Nome do adquirente
- 13.b.19. Peso bruto
- 13.b.20. Peso líquido
- 13.b.21. Tipo de documento de instrução do despacho
- 13.b.22. Identificação do documento de instrução do despacho
- 13.b.23. Moeda negociada do frete
- 13.b.24. Valor total do frete na moeda
- 13.b.25. Valor total do frete em dólar
- 13.b.26. Valor total do frete em real
- 13.b.27. Valor total do frete em território nacional
- 13.b.28. Moeda negociada do seguro
- 13.b.29. Valor total do seguro na moeda
- 13.b.30. Valor total do seguro em real
- 13.b.31. Valor total do seguro em dólar
- 13.b.32. Valor total em dólares no local de embarque
- 13.b.33. Valor total em reais no local de embarque
- 13.b.34. Valor total em dólares no local de desembarque
- 13.b.35. Valor total em reais no local de desembarque
- 13.b.36. País de procedência
- 13.b.37. Data da chegada da carga
- 13.b.38. Unidade de entrada
- 13.b.39. Via de transporte
- 13.b.40. Indicador multimodal
- 13.b.41. Nome transportador
- 13.b.42. Código do país do transportador
- 13.b.43. Nome do veículo
- 13.b.44. Número do veículo (placa)
- 13.b.45. Local de embarque
- 13.b.46. Data do embarque
- 13.b.47. Tipo de conhecimento
- 13.b.48. Tipo de utilização do conhecimento
- 13.b.49. Id master do conhecimento
- 13.b.50. Id de conhecimento
- 13.b.51. Número da adição
- 13.b.52. Código e descrição do vínculo entre comprador e vendedor
- 13.b.53. Exportador
- 13.b.53.1. Código do país de aquisição da mercadoria
- 13.b.53.2. Nome ou razão social
- 13.b.53.3. Endereço
- 13.b.54. Fabricante ou Produtor
- 13.b.54.1. Código do país de origem da mercadoria
- 13.b.54.2. Nome ou razão social
- 13.b.54.3. Endereço

13.b.55. Mercadoria
13.b.55.1. Código da NCM
13.b.55.2. Peso líquido da adição
13.b.55.3. Unidade de medida estatística
13.b.55.4. Quantidade na medida estatística
13.b.55.5. Número da LI
13.b.56. Condição de Venda da Mercadoria
13.b.56.1. Incoterm
13.b.56.2. Método de valoração
13.b.56.3. Código da moeda negociada
13.b.56.4. Local da condição
13.b.56.5. Valor na moeda negociada
13.b.57. Dados Cambiais
13.b.57.1. Código e denominação da cobertura cambial
13.b.57.2. Motivo da importação sem cobertura cambial
13.b.57.3. Número do ROF/Bacen
13.b.57.4. Código da instituição financiadora
13.b.57.5. Valor vinculado em real
14. Procurações
14.a. Argumentos de consulta
14.a.1. Tipo NI Outorgante
14.a.2. NI Outorgante
14.a.3. Tipo NI Outorgado
14.a.4. NI Outorgado
14.b. Dados e informações de resposta
14.b.1. Status da Consulta
14.b.2. Data Expiração Procuração
14.b.3. Número de sistemas com procuração
14.b.4. Lista Sistemas
15. Caixa Postal
15.a. Argumentos de consulta
15.a.1. NI Contribuinte
15.a.2. Tipo Contribuinte
15.a.3. CNPJ Referencia
15.a.4. Categoria
15.a.5. Status Leitura
15.a.6. Indicador Página Caixa Postal
15.a.7. Ponteiro Página Desejada
15.b. Dados e informações de resposta
15.b.1. Código Retorno Consulta
15.b.2. Indicador Última Página
15.b.3. Quantidade Mensagens
15.b.4. Ponteiro Página Retornada
15.b.5. Ponteiro Próxima Página
15.b.6. CNPJ Matriz
15.b.7. Lista de Mensagens
15.b.8. Código Sistema Remetente
15.b.9. Código Modelo Mensagem
15.b.10. Data Envio Mensagem
15.b.11. Hora Envio Mensagem
15.b.12. Número Controle Mensagem
15.b.13. Indicador Leitura
15.b.14. Data Leitura
15.b.15. Hora Leitura
15.b.16. Data Exclusão
15.b.17. Hora Exclusão
15.b.18. Data Ciência
15.b.19. assunto Modelo de Mensagem
15.b.20. Data Validade
15.b.21. Origem Modelo

15.b.21. valor Parâmetro Assunto
15.b.22. Relevância Mensagem
15.b.23. Identificador Único Mensagem
15.b.24. Tipo Origem
15.b.25. Descrição Origem
16. Caixa Postal - Detalhes Mensagens
16.a. Argumentos de consulta
16.a.1. Identificador Único Mensagem
16.a.2. Número Serie Certificado Digital
16.a.3. Emissor Certificado Digital
16.a.4. ip Usuário
16.a.5. ip Servidor Aplicação
16.a.6. tipo Autenticação Usuário
16.a.7. NI Usuário
16.a.8. Tipo Usuário
16.a.9. Código Acesso
16.a.10. Papel Usuário
16.a.11. Código Aplicação
16.a.12. NI Contribuinte
16.a.13. Tipo Contribuinte
16.b. Dados e informações de resposta
16.b.1. Código Retorno Consulta
16.b.2. Identificador Único Mensagem
16.b.3. Numero Serie Certificado Digital
16.b.4. Emissor Certificado Digital
16.b.5. ip Usuário
16.b.6. ip Servidor Aplicação
16.b.7. tipo Autenticação Usuário
16.b.8. NI Usuário
16.b.9. Tipo Usuário
16.b.10. Código Acesso
16.b.11. Papel Usuário
16.b.12. Código Aplicação
16.b.13. NI Contribuinte
16.b.14. Tipo Contribuinte
17. Caixa Postal - Indicador de Novas Mensagens
17.a. Argumentos de consulta
17.a.1. NI Contribuinte
17.a.2. Tipo Contribuinte
17.b. Dados e informações de resposta
17.b.1. Código Retorno Consulta
17.b.2. indicador Mensagens Novas
18. DARF - Consolidar e Emitir
18.a. Argumentos de entrada
18.a.1. CPF
18.a.2. CNPJ
18.a.3. UF
18.a.4. Município
18.a.5. Código receita
18.a.6. Código extensão
18.a.7. Moeda
18.a.8. Indicador cálculo multa mora
18.a.9. Número referência
18.a.10. Tipo período de apuração
18.a.11. Data início período apuração
18.a.12. Data fim período apuração
18.a.13. Data vencimento imposto
18.a.14. Data vencimento quota
18.a.15. Valor imposto

18.a.16. Ganho capital
18.a.17. Espólio saída definitiva
18.a.18. Data espólio saída
18.a.19. Data alienação
18.a.20. Data consolidação
18.b. Dados e informações de resposta
18.b.1. Arquivo PDF com as seguintes informações
18.b.1.1. Número do documento
18.b.1.2. Número CNPJ/Estabelecimento CNPJ (SE PJ)
18.b.1.3. Número CPF (SE PF)
18.b.1.4. Nome do Contribuinte / Razão Social
18.b.1.5. Data Limite para Pagamento
18.b.1.6. Valor Total
18.b.1.7. Valor Principal
18.b.1.8. Valor Multa
18.b.1.9. Valor Juros
18.b.1.10. Data de Vencimento
18.b.1.11. Período de Apuração/Competência
18.b.1.12. Observação 1
18.b.1.13. Observação 2
18.b.1.14. Observação 3
18.b.1.15. Código de Receita da Fração
18.b.1.16. Valor da Fração
18.b.1.17. Definição do Código de Receita da Fração
18.b.1.18. Código de Barras do Documento
18.b.1.19. QR Code

19. DCTF - WEB - Validação Autorização
19.a. Argumentos de entrada
19.a.1. Tipo Ni Responsável Requisição
19.a.2. NI Responsável Requisição
19.a.3. Data Hora Requisição
19.a.4. Tipo Documento Requisição
19.a.4.1. Código Documento Requisição
19.a.4.2. Nome documento requisição
19.a.4.3. Código Procuração
19.a.5. Tipo NI Contribuinte
19.a.6. NI Contribuinte
19.a.7. Documento Requisição para Gerar Guia Declaração, Consultar Recibo Declaração, Consultar Declaração Completa, Consultar Relatório Crédito, Consultar Relatório Débito, Consultar Notificação Maed, Consultar Darf Maed, Consultar XML Declaração
19.a.7.1. Ano do Período Apuração da declaração
19.a.7.2. Mes do Período Apuração da declaração
19.a.7.3. Dia do Período Apuração da declaração
19.a.8. documento Requisição para Aplicar Vinculações
19.a.8.1. Ano do Período Apuração da declaração
19.a.8.2. Mes do Período Apuração da declaração
19.a.8.3. Dia do Período Apuração da declaração
19.a.8.4. Tipo Crédito Importação
19.a.8.5. Crédito Cadastro
19.a.8.5.1. Tipo Crédito
19.a.8.5.2. Valor Crédito
19.a.8.5.3. Número Processo
19.a.8.5.4. Data Início Auditoria
19.a.8.5.5. CNPJ Prestador
19.a.8.5.6. CNO Obra
19.a.8.5.7. Tipo Suspensão
19.a.8.5.8. Motivo Suspensão
19.a.8.5.9. Indicador Autoria Ação
19.a.8.5.10. Indicador Existência Deposito
19.a.8.5.11. Identificação Vara Judicial

19.a.8.5.12. Código Município
19.a.8.5.13. UF Vara Judicial
19.a.8.5.14. Data Sentença Judicial
19.a.8.5.15. Tipo Formalização Pedido
19.a.8.5.16. Período Apuração Débito
19.a.9. documento Requisição para Transmitir Declaração
19.a.9.1. Ano do Período Apuração da declaração
19.a.9.2. Mes do Período Apuração da declaração
19.a.9.3. Dia do Período Apuração da declaração
19.a.9.4. Xml Declaração Assinado
19.b. Dados e informações de resposta
19.b.1. Identificador Requisição
19.b.2. status
19.b.3. mensagem
19.b.4. Dados Retorno para Gerar Guia Declaração, Consultar Recibo Declaração, Consultar Declaração Completa, Consultar Relatório Crédito, Consultar Relatório Débito, Consultar Notificação Maed, Consultar Darf Maed, Consultar XML Declaração
19.b.4.1. Tipo NI Contribuinte
19.b.4.2. NI Contribuinte
19.b.4.3. Período Apuração da Declaração
19.b.4.4. Categoria da Declaração
19.b.4.5. xml Documento
19.b.4.6. PDF Documento
19.b.5. Dados Retorno para Aplicar Vinculação
19.b.5.1. Tipo NI Contribuinte
19.b.5.2. NI Contribuinte
19.b.5.3. Período Apuração da Declaração
19.b.5.4. Categoria da Declaração
19.b.5.5. Valor Apurado
19.b.5.6. Valor Vinculado
19.b.5.7. Valor Créditos
19.b.5.8. Saldo a Pagar
19.b.5.9. Lista Créditos Vinculados Importados
19.b.5.9.1. Tipo Crédito Importação
19.b.5.9.2. Valor do Crédito
19.b.5.9.3. Indicador Sucesso Importação
19.b.5.9.4. Valor Vinculado
19.b.6. Dados Retorno para Transmitir Declaração
19.b.6.1. Tipo NI Contribuinte
19.b.6.2. NI Contribuinte
19.b.6.3. Período Apuração da Declaração
19.b.6.4. Categoria da Declaração
19.b.6.5. indicador Sucesso Transmissão
20. Integra Simples Nacional
20.a. Argumentos de entrada
20.a.1. Efetuar Opção pelo Regime
20.a.1.1. CNPJ Completo
20.a.1.2. Ano Opção
20.a.1.3. Tipo Regime
20.a.1.4. Descritivo Regime
20.a.1.5. Indicador de Concordância com Resolução
20.a.2. Consultar Anos Calendários
20.a.2.1. CNPJ Completo
20.a.3. Consultar Opção
20.a.3.1. CNPJ Completo
20.a.3.2. Ano Calendário
20.a.4. Consultar Resolução
20.a.4.1. CNPJ Completo
20.a.4.2. Ano Calendário
20.b. Dados e informações de resposta

20.b.1. status
20.b.2. mensagem
20.b.3. Dados Retorno para Opção pelo Regime
20.b.3.1. CNPJ Matriz
20.b.3.2. Razão Social
20.b.3.3. Ano Calendário
20.b.3.4. Regime Escolhido
20.b.3.5. Endereço IP computador
20.b.3.6. Data Hora Opção
20.b.3.7. Demonstrativo PDF
20.b.3.8. Nome do Arquivo Demonstrativo
20.b.3.9. Texto Resolução
20.b.3.10. Lista de mensagens
20.b.4. Dados Retorno para Consultar Anos Calendários
20.b.4.1. CNPJ Matriz
20.b.4.2. Ano Calendário
20.b.4.3. Regime Apurado
20.b.4.4. Lista de mensagens
20.b.5. Dados Retorno para Consultar Opção
20.b.5.1. CNPJ Matriz
20.b.5.2. Razão Social
20.b.5.3. Ano Calendário
20.b.5.4. Regime Escolhido
20.b.5.5. Endereço IP computador
20.b.5.6. Data Hora Opção
20.b.5.7. Demonstrativo PDF
20.b.5.8. Nome do Arquivo Demonstrativo
20.b.5.9. Texto Resolução
20.b.5.10. Lista de mensagens
20.b.6. Dados Retorno para Consultar Resolução
20.b.6.1. Ano Calendário
20.b.6.2. Texto Resolução
20.b.6.3. Lista de mensagens
<b>21. Integra PGDASD-CONSULTAS</b>
21.a. Argumentos de consultas
21.a.1. Consultar Declarações
21.a.1.1. CNPJ Completo
21.a.1.2. Ano Calendário
21.a.1.3. Período Apuração
21.a.2. Consultar Última Declaração com Recibo
21.a.2.1. CNPJ Completo
21.a.2.2. Período Apuração
21.a.3. Consultar Declaração Recibo
21.a.3.1. CNPJ Completo
21.a.3.2. Número Declaração
21.a.4. Consultar Extrato Das
21.a.4.1. CNPJ Completo
21.a.4.2. Número Das
21.b. Dados e informações de resposta
21.b.1. status
21.b.2. mensagem
21.b.3. Dados Retorno para Consultar Declarações
21.b.3.1. Ano Calendário
21.b.3.2. Períodos de Apurações
21.b.3.2.1. Período de Apuração
21.b.3.2.2. Operações
21.b.3.2.2.1. Tipo de Operação
21.b.3.2.2.2. Índice Declaração
21.b.3.2.2.2.1. Número Declaração
21.b.3.2.2.2.2. Data Hora Transmissão

21.b.3.2.2.2.3. Situação de Malha
21.b.3.2.2.3. Índice Das
21.b.3.2.2.3.1. Número Das
21.b.3.2.2.3.2. Data Hora Emissão Das
21.b.3.2.2.3.3. Das Pago
21.b.3.3. mensagens
21.b.4. Dados Retorno para Consultar Última Declaração Recibo
21.b.4.1. Número Declaração
21.b.4.2. recibo
21.b.4.2.1. nome Arquivo Recibo
21.b.4.2.2. Arquivo Base 64 Recibo PDF
21.b.4.3. declaração
21.b.4.3.1. nome Arquivo Declaração
21.b.4.3.2. Arquivo Base 64 Declaração PDF
21.b.4.4. maed
21.b.4.4.1. Nome Arquivo Maed
21.b.4.4.2. Arquivo Base 64 MAED PDF
21.b.4.4.3. Nome Arquivo Darf
21.b.4.4.4. Arquivo Base 64 Darf PDF
21.b.4.5. mensagens
21.b.5. Dados Retorno para Consultar Última Declaração com Recibo
21.b.5.1. Número Declaração
21.b.5.2. recibo
21.b.5.2.1. nome Arquivo Recibo
21.b.5.2.2. Arquivo Base 64 Recibo PDF
21.b.5.3. declaração
21.b.5.3.1. nome Arquivo Declaração
21.b.5.3.2. Arquivo Base 64 Declaração PDF
21.b.5.4. maed
21.b.5.4.1. Nome Arquivo Maed
21.b.5.4.2. Arquivo Base 64 MAED PDF
21.b.5.4.3. Nome Arquivo Darf
21.b.5.4.4. Arquivo Base 64 Darf PDF
21.b.5.5. mensagens
21.b.6. Dados Retorno para Consultar Extrato Das
21.b.6.1. Número Das
21.b.6.2. extrato
21.b.6.2.1. Nome Arquivo Extrato
21.b.6.2.2. Arquivo Base 64 Extrato PDF
21.b.6.3. mensagens
22. Integra DEFIS-CONSULTAS
22.a. Argumentos de consulta
22.a.1. Consultar Declarações
22.a.1.1. CNPJ Completo
22.a.2. Consultar Última Declaração com Recibo
22.a.2.1. CNPJ Completo
22.a.2.2. Ano Calendário
22.a.3. Consultar Declaração Recibo
22.a.3.1. CNPJ Completo
22.a.3.2. Número Defis
22.b. Dados e informações de resposta
22.b.1. status
22.b.2. mensagem
22.b.3. Dados Retorno para Consultar Declarações
22.b.3.1. Ano Calendário
22.b.3.2. Número Defis
22.b.3.3. Tipo Declaração
22.b.3.4. situação da Declaração
22.b.3.5. data Hora entrega declaração
22.b.3.6. mensagens

22.b.4. Dados Retorno para Consultar Última Declaração com Recibo
22.b.4.1. Número Defis
22.b.4.2. recibo
22.b.4.2.1. nome Arquivo Recibo
22.b.4.2.2. Arquivo Base 64 Recibo PDF
22.b.4.3. declaração
22.b.4.3.1. nome Arquivo Declaração
22.b.4.3.2. Arquivo Base 64 Declaração PDF
22.b.4.4. mensagens
22.b.5. Dados Retorno para Consultar Declaração Recibo
22.b.5.1. Número Defis
22.b.5.2. recibo
22.b.5.2.1. nome Arquivo Recibo
22.b.5.2.2. Arquivo Base 64 Recibo PDF
22.b.5.3. declaração
22.b.5.3.1. nome Arquivo Declaração
22.b.5.3.2. Arquivo Base 64 Declaração PDF
22.b.5.4. mensagens
23. Integra DEFIS-Entregar Declaração
23.a. Argumentos de entrada
23.a.1. Entregar Declaração
23.a.1.1. CNPJ Completo
23.a.1.2. Ano Calendário
23.a.1.3. Dados Declaração
23.a.1.3.1. empresa
23.a.1.3.1.1. ganhos Capital
23.a.1.3.1.2. Quantidade Empregados Inicial
23.a.1.3.1.3. Quantidade Empregados Final
23.a.1.3.1.4. Lucro Contábil
23.a.1.3.1.5. Receita Exportação Direta
23.a.1.3.1.6. Comerciais Exportadoras
23.a.1.3.1.6.1. CNPJ
23.a.1.3.1.6.2. Valor
23.a.1.3.1.7. Sócios
23.a.1.3.1.7.1. CPF Sócio
23.a.1.3.1.7.2. rendimentos Isentos
23.a.1.3.1.7.3. rendimentos Tributáveis
23.a.1.3.1.7.4. Participação Capital Social
23.a.1.3.1.7.5. IR Retido Fonte
23.a.1.3.1.8. Participação Cotas Tesouraria
23.a.1.3.1.9. ganhos Renda Variável
23.a.1.3.1.10. Doações Campanha Eleitoral
23.a.1.3.1.10.1. CNPJ Beneficiário
23.a.1.3.1.10.2. Tipo Beneficiário
23.a.1.3.1.10.3. Forma Doação
23.a.1.3.1.10.4. valor doação
23.a.1.3.1.11. Estabelecimentos
23.a.1.3.1.11.1. CNPJ do estabelecimento
23.a.1.3.1.11.2. estoque Inicial
23.a.1.3.1.11.3. estoque Final
23.a.1.3.1.11.4. Saldo Caixa Inicial
23.a.1.3.1.11.5. Saldo Caixa Final
23.a.1.3.1.11.6. Aquisições Mercado Interno
23.a.1.3.1.11.7. Aquisições Mercado Externo
23.a.1.3.1.11.8. Total Entradas Por Transferência
23.a.1.3.1.11.9. Total Saídas Por Transferência
23.a.1.3.1.11.10. Total Devoluções Vendas
23.a.1.3.1.11.11. Total Entradas
23.a.1.3.1.11.12. Total Devoluções Compras
23.a.1.3.1.11.13. Total Despesas

23.a.1.3.1.11.14. Entradas Interestaduais
23.a.1.3.1.11.14.1. UF
23.a.1.3.1.11.14.2. valor
23.a.1.3.1.11.15. Saídas Interestaduais
23.a.1.3.1.11.15.1. UF
23.a.1.3.1.11.15.2. valor
23.a.1.3.1.11.16. ISS Retidos Fonte
23.a.1.3.1.11.16.1. UF
23.a.1.3.1.11.16.2. código Município
23.a.1.3.1.11.16.3. valor
23.a.1.3.1.11.17. Prestações Serviços Comunicação
23.a.1.3.1.11.17.1. UF
23.a.1.3.1.11.17.2. código Município
23.a.1.3.1.11.17.3. valor
23.a.1.3.1.11.18. houve Mudança Outro Município
23.a.1.3.1.11.19. mudanças Outro Município
23.a.1.3.1.11.19.1. UF Origem
23.a.1.3.1.11.19.2. código Município Origem
23.a.1.3.1.11.19.3. UF Destino
23.a.1.3.1.11.19.4. Código Município Destino
23.a.1.3.1.11.19.5. Data Mudança
23.a.1.3.1.11.20. Incorrido Em Hipóteses
23.a.1.3.1.11.21. Saída Transferência Mercadorias
23.a.1.3.1.11.22. Vendas Revendedor Ambulante
23.a.1.3.1.11.22.1. UF
23.a.1.3.1.11.22.2. Código Município
23.a.1.3.1.11.22.3. Valor
23.a.1.3.1.11.23. Preparos Comercializações Refeições
23.a.1.3.1.11.23.1. UF
23.a.1.3.1.11.23.2. Código Município
23.a.1.3.1.11.23.3. Valor
23.a.1.3.1.11.24. Produções Rurais
23.a.1.3.1.11.24.1. UF
23.a.1.3.1.11.24.2. Código Município
23.a.1.3.1.11.24.3. Valor
23.a.1.3.1.11.25. Aquisições Produtores Rurais
23.a.1.3.1.11.25.1. UF
23.a.1.3.1.11.25.2. Código Município
23.a.1.3.1.11.25.3. Valor
23.a.1.3.1.11.26. Aquisições Dispensados Inscrição
23.a.1.3.1.11.26.1. UF
23.a.1.3.1.11.26.2. Código Município
23.a.1.3.1.11.26.3. Valor
23.a.1.3.1.11.27. Autoinfração Pago
23.a.1.3.1.11.28. Rateios Receita Regime Especial
23.a.1.3.1.11.28.1. Número Regime Especial
23.a.1.3.1.11.28.2. UF
23.a.1.3.1.11.28.3. Código Município
23.a.1.3.1.11.28.4. Valor
23.a.1.3.1.11.29. Rateios Receita Decisão Judicial
23.a.1.3.1.11.29.1. identificação Decisão
23.a.1.3.1.11.29.2. UF
23.a.1.3.1.11.29.3. Código Município
23.a.1.3.1.11.29.4. Valor
23.a.1.3.1.11.30. Rateios Receita Outros Rateios
23.a.1.3.1.11.30.1. Origem Exigência
23.a.1.3.1.11.30.2. UF
23.a.1.3.1.11.30.3. Código Município
23.a.1.3.1.11.30.4. Valor
23.a.1.3.1.11.31. Prestações Serviços Transporte

23.a.1.3.1.11.31.1. UF
23.a.1.3.1.11.31.2. Código Município
23.a.1.3.1.11.31.3. Valor
23.a.1.3.2. Indicador Situação Especial
23.a.1.3.3. tipo Evento de situação Especial
23.a.1.3.4. data Evento Situação Especial
23.a.1.3.5. Indicador inativa
23.b. Dados e informações de resposta
23.b.1. status
23.b.2. mensagem
23.b.3. Arquivo Base 64 Declaração PDF
23.b.4. Arquivo Base 64 Recibo PDF

24. Integra DASNSIMEI
24.a. Argumentos de entrada
24.a.1. Entregar Declaração
24.a.1.1. CNPJ Completo
24.a.1.2. Ano Calendário
24.a.1.3. Tipo Declaração
24.a.1.4. Dados
24.a.1.4.1. Situação Especial
24.a.1.4.2. Data Extinção
24.a.1.4.3. Receita Comercio
24.a.1.4.4. receita Serviço
24.a.1.4.5. empregado
24.a.2. Consultar Declaração
24.a.2.1. CNPJ Completo
24.a.2.2. Ano Calendário
24.a.3. Atualizar DAS Excesso
24.a.3.1. CNPJ Completo
24.a.3.2. Ano Calendário
24.a.3.3. Número Recibo
24.a.3.4. Data Pagamento
24.b. Dados e informações de resposta
24.b.1. status
24.b.2. mensagem
24.b.3. Dados retorno Entregar Declaração
24.b.3.1. Número Recibo
24.b.3.2. Data Transmissão
24.b.3.3. Tipo Declaração
24.b.3.4. Arquivo Base 64 Recibo PDF
24.b.3.5. Arquivo Base 64 DAS Excesso Receita PDF
24.b.3.6. detalhamento Das Excesso
24.b.3.6.1. Período Apuração
24.b.3.6.2. número Documento
24.b.3.6.3. Data Vencimento
24.b.3.6.4. Data Limite Acolhimento
24.b.3.6.5. Valores
24.b.3.6.5.1. Principal
24.b.3.6.5.2. Multa
24.b.3.6.5.3. Juros
24.b.3.6.5.4. Total
24.b.3.6.6. Observação 1
24.b.3.6.7. Observação 2
24.b.3.6.8. Observação 3
24.b.3.6.9. Composição
24.b.3.6.10. Código Retorno
24.b.3.6.11. Mensagem
24.b.3.7. Arquivo Base 64 MAED PDF
24.b.3.8. Arquivo Base 64 DARF MAED PDF
24.b.3.9. Detalhamento Darf Maed

24.b.3.9.1. Período Apuração
24.b.3.9.2. código Receita
24.b.3.9.3. denominação
24.b.3.9.4. Valores
24.b.3.9.4.1. Principal
24.b.3.9.4.2. Multa
24.b.3.9.4.3. Juros
24.b.3.9.4.4. Total
24.b.3.10. Código Retorno
24.b.3.11. mensagem
24.b.4. Dados retorno Consultar Declaração
24.b.4.1. Número Recibo
24.b.4.2. Data Transmissão
24.b.4.3. Tipo Declaração
24.b.4.4. Arquivo Base 64 Recibo PDF
24.b.4.5. Arquivo Base 64 MAED PDF
24.b.4.6. Arquivo Base 64 DARF MAED PDF
24.b.4.7. Detalhamento Darf
24.b.4.7.1. Período Apuração
24.b.4.7.2. Número Documento
24.b.4.7.3. Data Vencimento
24.b.4.7.4. Data Limite Acolhimento
24.b.4.7.5. Valores
24.b.4.7.5.1. Principal
24.b.4.7.5.2. Multa
24.b.4.7.5.3. Juros
24.b.4.7.5.4. Total
24.b.4.7.6. Observação 1
24.b.4.7.7. Observação 2
24.b.4.7.8. Observação 3
24.b.4.7.9. Composição
24.b.4.7.9.1. período Apuração
24.b.4.7.9.2. código
24.b.4.7.9.3. denominação
24.b.4.7.9.4. valores
24.b.4.7.9.4.1. Principal
24.b.4.7.9.4.2. Multa
24.b.4.7.9.4.3. Juros
24.b.4.7.9.4.4. Total
24.b.4.7.10. Código Retorno
24.b.4.7.11. Mensagem
24.b.4.8. Código Retorno
24.b.4.9. Mensagem
24.b.5. Campos Retorno para Atualizar DAS Excesso
24.b.5.1. CNPJ Completo
24.b.5.2. Razão Social
24.b.5.3. Nome Arquivo DASMEI
24.b.5.4. Arquivo Base 64 DASMEI PDF
24.b.5.5. Detalhamento
24.b.5.5.1. Período Apuração
24.b.5.5.2. Número Documento
24.b.5.5.3. Data Vencimento
24.b.5.5.4. Data Limite Acolhimento
24.b.5.5.5. Valores
24.b.5.5.5.1. Principal
24.b.5.5.5.2. Multa
24.b.5.5.5.3. Juros
24.b.5.5.5.4. Total
24.b.5.5.6. Observação 1
24.b.5.5.7. Observação 2

24.b.5.5.8. Observação 3
24.b.5.5.9. Composição
24.b.5.5.9.1. período Apuração
24.b.5.5.9.2. código
24.b.5.5.9.3. denominação
24.b.5.5.9.4. valores
24.b.5.5.9.4.1. Principal
24.b.5.5.9.4.2. Multa
24.b.5.5.9.4.3. Juros
24.b.5.5.9.4.4. Total
24.b.5.5.10. código Retorno
24.b.5.5.11. mensagem
25. Integra PGMEI
25.a. Argumentos de entrada
25.a.1. Gerar DAS em PDF
Gerar DAS em Código de Barras"
25.a.1.1. CNPJ Completo
25.a.1.2. Período Apuração
25.a.1.3. Data Pagamento
25.a.2. Atualizar Benefício
25.a.2.1. CNPJ Completo
25.a.2.2. Ano Calendário
25.a.2.3. Info Benefício
25.a.2.3.1. Período Apuração
25.a.2.3.2. Indicador Benefício
25.a.3. Consultar Dívida Ativa
25.a.3.1. CNPJ Completo
25.a.3.2. Ano Calendário
25.b. Dados e informações de resposta
25.b.1. Dados retorno Gerar DAS em PDF
25.b.1.1. CNPJ Completo
25.b.1.2. Razão Social
25.b.1.3. Nome Arquivo DAS
25.b.1.4. Arquivo Base 64 DASMEI PDF
25.b.1.5. detalhamento
25.b.1.5.1. Período Apuração
25.b.1.5.2. Número Documento
25.b.1.5.3. data Vencimento
25.b.1.5.4. Data Limite Acolhimento
25.b.1.5.5. Valores
25.b.1.5.5.1. principal
25.b.1.5.5.2. multa
25.b.1.5.5.3. juros
25.b.1.5.5.4. total
25.b.1.5.6. observação 1
25.b.1.5.7. observação 2
25.b.1.5.8. observação 3
25.b.1.5.9. composição
25.b.1.5.9.1. período Apuração
25.b.1.5.9.2. código Receita
25.b.1.5.9.3. denominação
25.b.1.5.9.4. valores
25.b.1.5.9.4.1. principal
25.b.1.5.9.4.2. multa
25.b.1.5.9.4.3. juros
25.b.1.5.9.4.4. total
25.b.1.5.10. código Retorno
25.b.1.5.11. mensagem
25.b.2. Dados retorno Gerar DAS em Código de Barras
25.b.2.1. status

25.b.2.2. message
25.b.2.3. Dados Retorno
25.b.2.3.1. CNPJ Completo
25.b.2.3.2. Razão Social
25.b.2.3.3. Detalhamento
25.b.2.3.3.1. Período Apuração
25.b.2.3.3.2. Número Documento
25.b.2.3.3.3. data Vencimento
25.b.2.3.3.4. data Limite Acolhimento
25.b.2.3.3.5. valores
25.b.2.3.3.5.1. principal
25.b.2.3.3.5.2. multa
25.b.2.3.3.5.3. juros
25.b.2.3.3.5.4. total
25.b.2.3.3.6. código De Barras
25.b.2.3.3.7. observação 1
25.b.2.3.3.8. observação 2
25.b.2.3.3.9. observação 3
25.b.2.3.3.10. composição
25.b.2.3.3.10.1. Período Apuração
25.b.2.3.3.10.2. código Receita
25.b.2.3.3.10.3. Denominação
25.b.2.3.3.10.4. Valores
25.b.2.3.3.10.4.1. principal
25.b.2.3.3.10.4.2. multa
25.b.2.3.3.10.4.3. juros
25.b.2.3.3.10.4.4. total
25.b.2.3.3.11. código Retorno
25.b.2.3.3.12. mensagem
25.b.3. Dados retorno Atualizar Benefício
25.b.3.1. status
25.b.3.2. mensagem
25.b.3.3. Dados Retorno
25.b.3.3.1. CNPJ Completo
25.b.3.3.2. Razão Social
25.b.3.3.3. Nome Arquivo DAS
25.b.3.3.4. Arquivo Base 64 DASMEI PDF
25.b.3.3.5. detalhamento
25.b.3.3.5.1. Período Apuração
25.b.3.3.5.2. Número Documento
25.b.3.3.5.3. Data Vencimento
25.b.3.3.5.4. data Limite Acolhimento
25.b.3.3.5.5. valores
25.b.3.3.5.5.1. principal
25.b.3.3.5.5.2. multa
25.b.3.3.5.5.3. juros
25.b.3.3.5.5.4. total
25.b.3.3.5.6. observação 1
25.b.3.3.5.7. observação 2
25.b.3.3.5.8. observação 3
25.b.3.3.5.9. composição
25.b.3.3.5.9.1. Período Apuração
25.b.3.3.5.9.2. código Receita
25.b.3.3.5.9.3. Denominação
25.b.3.3.5.9.4. Valores
25.b.3.3.5.9.4.1. principal
25.b.3.3.5.9.4.2. multa
25.b.3.3.5.9.4.3. juros
25.b.3.3.5.9.4.4. total
25.b.3.3.5.10. código Retorno

25.b.3.3.5.11. mensagem
25.b.4. Dados retorno Consultar Dívida Ativa
25.b.4.1. status
25.b.4.2. mensagem
25.b.4.3. Dados Retorno
25.b.4.3.1. período Apuração
25.b.4.3.2. Sigla Tributo
25.b.4.3.3. Valor
25.b.4.3.4. Ente Federado
25.b.4.3.5. Situação Débito

26. Integra PGDASD
26.a. Argumentos de entrada
26.a.1. Entregar PGDASD
26.a.1.1. CNPJ Completo
26.a.1.2. Período Apuração
26.a.1.3. Indicador Transmissão Imediata
26.a.1.4. Dados Declaração
26.a.1.4.1. Tipo Declaração
26.a.1.4.2. Receita PA Competência Interno
26.a.1.4.3. Receita PA Competência Externo
26.a.1.4.4. Receita PA Caixa Interno
26.a.1.4.5. Receita PA Caixa Externo
26.a.1.4.6. Valor Fixolcms
26.a.1.4.7. Valor Fixolss
26.a.1.4.8. Receitas Brutas Anteriores
26.a.1.4.8.1. Período Apuração
26.a.1.4.8.2. Valor Interno
26.a.1.4.8.3. Valor Externo
26.a.1.4.9. Folhas Salário
26.a.1.4.9.1. Período Apuração
26.a.1.4.9.2. Valor Receita
26.a.1.4.10. Estabelecimentos
26.a.1.4.10.1. Período Apuração
26.a.1.4.10.2. Valor da Receita
26.a.1.4.10.3. Atividades
26.a.1.4.10.3.1. id Atividade
26.a.1.4.10.3.2. valor Atividade
26.a.1.4.10.3.3. Receitas Atividade
26.a.1.4.10.3.3.1. Valor da Parcela
26.a.1.4.10.3.3.2. Código Outro Município
26.a.1.4.10.3.3.3. Isenções
26.a.1.4.10.3.3.3.1. Código Tributo
26.a.1.4.10.3.3.3.2. Valor Isenção
26.a.1.4.10.3.3.3.3. identificador Isenção
26.a.1.4.10.3.3.4. Reduções
26.a.1.4.10.3.3.4.1. Código Tributo
26.a.1.4.10.3.3.4.2. valor Redução
26.a.1.4.10.3.3.4.3. Percentual Redução
26.a.1.4.10.3.3.5. Qualificações Tributarias
26.a.1.4.10.3.3.5.1. Código Tributo
26.a.1.4.10.3.3.5.2. Id Qualificação Tributária
26.a.1.4.10.3.3.6. Exigibilidades Suspensa
26.a.1.4.10.3.3.6.1. Código Tributo
26.a.1.4.10.3.3.6.2. Número Processo
26.a.1.4.10.3.3.6.3. Código Município
26.a.1.4.10.3.3.6.4. UF
26.a.1.4.10.3.3.6.5. Vara
26.a.1.4.10.3.3.6.6. Indicador deposito
26.a.1.4.10.3.3.6.7. Motivo Exigibilidade Suspensa
26.a.1.4.11. não Optante

26.a.1.4.11.1. Número Processo
26.a.1.4.11.2. esfera Administrativa Processo
26.a.1.4.11.3. UF Processo
26.a.1.4.11.4. Código Município Processo
26.a.1.5. Valores Para Comparação
26.a.1.5.1. Código Tributo
26.a.1.5.2. Valor Tributo
26.a.2. Gerar DAS PGDASD
26.a.2.1. CNPJ Completo
26.a.2.2. Período Apuração
26.a.2.3. Data Consolidação
26.b. Dados e informações de resposta
26.b.1. Dados retorno Entregar PGDASD
26.b.1.1. status
26.b.1.2. mensagem
26.b.1.3. Dados Retorno
26.b.1.3.1. Id Declaração
26.b.1.3.2. Data Hora Transmissão
26.b.1.3.3. Valores Devidos
26.b.1.3.3.1. Código Tributo
26.b.1.3.3.2. Valor Tributo
26.b.1.3.4. Arquivo Base 64 Declaração PDF
26.b.1.3.5. Arquivo Base 64 Recibo PDF
26.b.1.3.6. Arquivo Base 64 Maed PDF
26.b.1.3.7. Arquivo Base 64 Darf Maed PDF
26.b.1.3.8. detalhamento Darf Maed
26.b.1.3.8.1. Período Apuração
26.b.1.3.8.2. Número Documento
26.b.1.3.8.3. Data Vencimento
26.b.1.3.8.4. Data Limite Acolhimento
26.b.1.3.8.5. Valores
26.b.1.3.8.5.1. principal
26.b.1.3.8.5.2. multa
26.b.1.3.8.5.3. juros
26.b.1.3.8.5.4. total
26.b.1.3.8.6. Observação 1
26.b.1.3.8.7. Observação 2
26.b.1.3.8.8. Observação 3
26.b.1.3.8.9. Composição
26.b.1.3.8.9.1. Período Apuração
26.b.1.3.8.9.2. Código Receita
26.b.1.3.8.9.3. Denominação
26.b.1.3.8.9.4. Valores
26.b.1.3.8.9.4.1. principal
26.b.1.3.8.9.4.2. multa
26.b.1.3.8.9.4.3. juros
26.b.1.3.8.9.4.4. total
26.b.1.3.8.10. Código Retorno
26.b.1.3.8.11. Mensagem
26.b.1.3.9. mensagem
26.b.2. Dados retorno Gerar DAS PGDASD
26.b.2.1. status
26.b.2.2. mensagem
26.b.2.3. Dados Retorno
26.b.2.3.1. Arquivo Base 64 DAS PDF
26.b.2.3.2. CNPJ Completo
26.b.2.3.3. Detalhamento Das
26.b.2.3.3.1. Período Apuração
26.b.2.3.3.2. Número Documento
26.b.2.3.3.3. Data Vencimento

26.b.2.3.3.4. Data limite Acolhimento
26.b.2.3.3.5. Valores
26.b.2.3.3.5.1. principal
26.b.2.3.3.5.2. multa
26.b.2.3.3.5.3. juros
26.b.2.3.3.5.4. total
26.b.2.3.3.6. Observação 1
26.b.2.3.3.7. Observação 2
26.b.2.3.3.8. Observação 3
26.b.2.3.3.9. Composição
26.b.2.3.3.9.1. Período Apuração
26.b.2.3.3.9.2. Código Receita
26.b.2.3.3.9.3. Denominação
26.b.2.3.3.9.4. Valores
26.b.2.3.3.9.4.1. principal
26.b.2.3.3.9.4.2. multa
26.b.2.3.3.9.4.3. juros
26.b.2.3.3.9.4.4. total
26.b.2.3.3.10. Código Retorno
26.b.2.3.3.11. Mensagem
27. Consulta Comprovante de Pagamento
27.a. Argumentos de Consulta
27.a.1. tipo Documento
27.a.2. data Arrecadação Inicial
27.a.3. data Arrecadação Final
27.a.4. CNPJ
27.a.5. CPF
27.a.6. valor Inicial
27.a.7. valor Final
27.a.8. receita
27.a.9. Número Documento
27.b. Dados e informações de resposta
27.b.1. número Documento
27.b.2. data Arrecadação
27.b.3. tipo Documento
27.b.3.1. código
27.b.3.2. descrição
27.b.4. situação Documento
27.b.5. Valor Total
27.b.6. Receita 01
27.b.6.1. código
27.b.6.2. descrição
27.b.7. Receita 02
27.b.7.1. código
27.b.7.2. descrição
27.b.8. Receita03
27.b.8.1. código
27.b.8.2. descrição
27.b.9. Banco Código
27.b.10. Agência Código
27.b.11. NI Contribuinte
27.b.12. data Vencimento
27.b.13. processo
27.b.14. referência
27.b.15. período Apuração
27.b.16. Valor Restituição
27.b.17. id Depósito CEF
27.b.18. valor Saldo Principal
27.b.19. valor Saldo Multa
27.b.20. valor Saldo Juros

- 27.b.21. valor DJE transformado em pagamento definitivo
- 27.b.22. valor DJE Devido ao contribuinte
- 27.b.23. desmembramentos
- 27.b.23.1. Número Documento
- 27.b.23.2. sequencial Desmembramento
- 27.b.23.3. período Apuração
- 27.b.23.4. data Vencimento
- 27.b.23.5. valor Total
- 27.b.23.6. valor Principal
- 27.b.23.7. valor Multa
- 27.b.23.8. valor Juros
- 27.b.23.9. valor Saldo Principal
- 27.b.23.10. valor Saldo Multa
- 27.b.23.11. valor Saldo Juros
- 27.b.23.12. frações
- 27.b.23.12.1. número Documento
- 27.b.23.12.2. sequencial Fração
- 27.b.23.12.3. valor fração
- 27.b.23.12.4. receita fração
- 27.b.23.12.4.1. Código receita
- 27.b.23.12.4.2. Descrição Código Receita
- 27.b.23.12.4.3. Código extensão Receita
- 27.b.23.12.4.4. Descrição Código Extensão Receita
- 27.b.23.12.5. tipo Fração
- 27.b.23.12.5.1. código
- 27.b.23.12.5.2. descrição
- 27.b.23.12.6. valor Saldo Fração

## **LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018**

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais  
 (LGPD) ([Ementa com redação dada pela Lei nº 13.853, de 8/7/2019](#))

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. ([Parágrafo único acrescido pela Lei nº 13.853, de 8/7/2019](#))

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- I - o respeito à privacidade;
- II - a autodeterminação informativa;
- III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou ([Inciso com redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 27/12/2018, convertida na Lei nº 13.853, de 8/7/2019](#))

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

.....  
.....

## **LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º Esta Lei regula, com fundamento na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, o sistema tributário nacional e estabelece, com fundamento no art. 5º, XV, alínea b, da Constituição Federal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

.....

#### **LIVRO SEGUNDO NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

.....

#### **TÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

#### **CAPÍTULO I FISCALIZAÇÃO**

.....

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades. ([“Caput” do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001](#))

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: ([Parágrafo com redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001](#))

I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça; ([Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001](#))

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa. ([Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001](#))

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo. ([Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001](#))

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III - parcelamento ou moratória; e ([Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021](#))

IV - incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica. ([Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021](#))

Art. 199. A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Parágrafo único. A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permitir informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos. ([Parágrafo único acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001](#))

.....

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------